

A CIDADE DE FORTALEZA: CRISE URBANA E DESIGUALDADE SOCIAL

Jorge Luiz Cunha Lima¹

RESUMO

O surgimento da crise urbana e da desigualdade social em Fortaleza relacionam-se: **1)** à inexistência histórica de um *Plano Diretor* para a cidade, que organizasse democraticamente as infra-estruturas do meio urbano ao atendimento de sua população excluída; **2)** à modernização das estruturas macroeconômicas da cidade com pouca função social, que contribuiu para a *reprodução das desigualdades no meio urbano* e à *concentração de renda*, onde a especulação imobiliária, o aumento do custo de vida, a maximização do desemprego e a precarização das relações de trabalho deslocaram comunidades inteiras às periferias de Fortaleza; e, por fim, **3)** à *falta de focalização de políticas públicas* comprometidas com a realização de *atividades com função social* nos empreendimentos financeiros e construções urbanas que, sem dúvida, incentivam a *precarização político-administrativa municipal e estadual*, bem como possibilitam o surgimento de *mecanismos corruptos na gestão dos recursos públicos*.

PALAVRAS-CHAVE

crise urbana; urbanização; desigualdade socioeconômica; desemprego e políticas públicas

A miséria apesar de ocupar um lugar de realce nas decisões acadêmicas, religiosas e políticas, instigando diferentes tendências interpretativas, permanece como uma fonte inesgotável de reflexão e estudo.

Gisafran Nazareno Mota Jucá

¹ Professor de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará e Professor de Ciência Política do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual Vale do Acaraú e Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará.

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial (1945), a cidade de Fortaleza vinha sofrendo mudanças em sua organização político-urbana. A partir da década de 1960, a cidade foi perdendo gradativamente seus referenciais históricos com a modernização de seus espaços socioeconômico e urbano. Segundo o Professor Gisafran Jucá (2003), as antigas estruturas arquitetônicas de Fortaleza (1945-1960) foram cedendo espaço aos modernos prédios, assim, rompendo com a manutenção contínua de sua memória local.

A antiga estrutura foi quebrada e, em decorrência, ocorreu por falta de planejamento diminuição do número de praças, face ao aumento das construções (JUCÁ, 2003:39).

Na década de 1960, a cidade busca modernizar-se, a fim de que seja viável a sua inserção no cenário econômico nacional. Assim sendo, o capitalismo moderno se impõe à nova Fortaleza como referencial de progresso e desenvolvimento. Doravante, o capital planeja o espaço urbano da capital cearense, determinando transformações e ajustes na organização das estruturas econômicas locais. O planejamento urbanístico de Fortaleza substitui sua função social de atender a voz de sua população, por determinantes econômicos que almejam transformar as relações socioespaciais de forma associada aos interesses do capital moderno. Por isso, a substituição de algumas praças antigas, lugar da narrativa polissêmica cidadina, por construções (hotelaria, bancos, companhias, etc.) que atendem às exigências da modernidade econômica.

A destruição das *representações sociohistóricas* desses espaços da narrativa polissêmica de Fortaleza cria uma experiência social da modernidade comprometida com a formação de lugares sociais efêmeros, híbridos e flexíveis. Sem dúvida, essas representações articulam experiências sociais a um ambiente revitalizador da memória local, dando-lhe um contexto e significações particulares. Por isso, torna-se importante modernizar a cidade de Fortaleza sem destruir sua memória, comprometendo a identificação de sua população com seu passado social-histórico-cultural.

Nesse contexto, fins dos anos 1960, ao iniciar-se uma transformação da natureza urbana da cidade, por intermédio da supressão de sua dimensão histórica, imprime-se gradativamente um novo sentido: o de coisa global e exótica. Assim, Fortaleza começa a desenvolver sua vocação para a capitalidade e para o cosmopolitismo. Sem demora, assistimos a radicalização das relações antagônicas entre capital/tra-

balho na cidade. Aqui, a *reforma social da modernidade* desenvolveu condições ao exercício do progresso social articulado ao capital moderno, criando um *meio social* onde as questões urbanas e sociais se articulam sob determinantes econômicos.

Em Fortaleza (pós-60), a questão urbana não levou a um questionamento social, mas a questões técnicas de reordenamento do espaço urbano. Ou seja, a questão urbanística se resume à modernização da cidade ao atendimento de suas necessidades de industrialização, sem enfatizar os problemas que afligem o meio de vida dos trabalhadores da periferia. A capital cearense torna-se positivista, acrítica e despolitizada de políticas sociais de combate à desigualdade socioeconômica e à especulação imobiliária. Nesse sentido, Pechman (2000) alerta sobre os perigos da *racionalização do meio urbano*, bem como de seu esvaziamento político:

Enquanto que a cidade, esvazia-se da política, é tomada de assalto e convertida em laboratório de experimentação das novas formas de modelação do espaço que visavam racionalizar e domesticar as conflitantes relações entre os grupos sociais no sentido de mitigar a ansiedade social diante do fantasma da desordem urbana e da convulsão política (PECHMAN, 2000:403).

Assim, a cidade de Fortaleza foi sendo metaforizada, enquanto laboratório de experimentação dos administradores técnicos governamentais. Nesse contexto, um padrão de crescimento da cidade foi sendo desenvolvido com uma modernização incompleta e excludente, revelando a ausência de planejamento urbano com função social que, por efeito, intensificou o crescimento de periferias, principalmente metropolitanas, e a consolidação de um mercado imobiliário restritivo e especulativo. Sendo assim, a cidade teve como paradigma a segregação e a diferenciação hierárquica dos espaços. Segundo Letícia Osório (2002), é a partir da própria qualidade da governança* que a sustentabilidade da cidade torna-se possível ao romper com a lógica do mercado, preservando o espaço.

Somente um processo de governança urbana transparente e responsável poderá assegurar o desenvolvimento sustentável das cidades com justiça social e preservação ambiental. Sem estes componentes a sustentabilidade significará a preservação do status quo (OSÓRIO, 2002:47).

* Referente à capacidade de governo do Município.

De forma notória, o Poder Público de Fortaleza ainda não possui total transparência no processo de suas ações técnico-administrativas, pois há preservação do *status quo* (OLIVEIRA, 1981). Isso viabiliza a perpetuação de *políticas clientelistas* e *paternalistas* através de mecanismos político-administrativos corruptos, dificultando a focalização de políticas públicas sociais para os fortalezenses excluídos e favorecendo o fortalecimento da concentração de renda pelas elites locais. Além do mais, o processo de licitação dos serviços públicos é realizado de certa forma combinada e associada aos interesses da livre iniciativa empresarial local, contrariando a ética e a responsabilidade administrativas da capital cearense. Mais uma vez, Letícia Osório (2002) alerta para os grandes desafios que a cidade tem pela frente para romper com a subjugação e a instrumentalização da Esfera Pública em relação aos interesses da Esfera Privada, a fim de que seja possível algum processo de mudanças sociais fora da lógica do mercado.

O desafio é romper com o controle político das elites locais, exercido através de mecanismos corruptos e clientelistas. É colocar as instituições em funcionamento para impulsionar um processo de mudanças sociais como resposta à crise de governabilidade que o domínio da lógica de mercado impôs aos governos e à sociedade. (...) Na outra face da mesma moeda está o desafio de redirecionar os investimentos públicos para o atendimento das necessidades básicas da população, rompendo-se com a lógica que sempre priorizou o benefício do capital imobiliário, das grandes empreiteiras e construtoras, dos bancos e das companhias de crédito, justificada na eficiência econômica (Ibidem, 2002:48 e 50).

A rigor, desenvolver processos de politização da vida urbana é uma questão crucial às políticas públicas sociais e urbanísticas em Fortaleza, pois viabiliza o exercício da atribuição de função social à administração pública e, também, o acesso da participação popular na gestão municipal. Contudo, a capital cearense gradativamente vai submergindo nas águas turvas da globalização, onde a gestão pública deve adequar-se às transformações na forma de administrar o espaço urbano.

Uma dessas transformações foi a descentralização da economia de Fortaleza. Sem dúvida, até os anos 1960, suas primeiras atividades comerciais estavam organizadas no centro da cidade. Na década seguinte (1970), devido à precarização da infra-estrutura do centro comercial e também ao crescimento geográfico e econômico de Fortale-

za, ocorreu um processo de deslocamento gradativo de algumas dessas atividades econômicas para outras regiões municipais (Damas, Aldeota, São Gerardo, Edson Queiroz, Messejana, Parangaba, João XXIII, Autran Nunes, etc.). Na década de 1990, este processo de realocação das atividades comerciais locais ainda continuava, mas o fenômeno da descentralização já estava consolidado.

Sem demora, ainda na década de 1970, ocorreu também a transferência das Secretarias Estaduais para o Centro Administrativo do Estado do Ceará, no bairro do Cambé – a 14km do centro comercial, na Zona Sudeste da cidade de Fortaleza. Ao contrário da descentralização da economia da capital cearense, o poder político-administrativo do Estado do Ceará centralizava-se (1970). Ou seja, a economia fortalezense tornou-se descentralizada e realizada em espaços heterogêneos, sendo centralmente administrada por uma política aparentemente homogênea de interesse público. Desse modo, principalmente na década de 1990, a cidade passava por mudanças infra-estruturais e administrativas significativas, a fim de se adequar às novas exigências do crescimento populacional e do desenvolvimento das relações comerciais com o Brasil e o mundo. Na óptica de Milton Santos (1982), esse fenômeno de diferentes transformações socioespaciais e econômicas ocorreu devido às seguintes considerações:

As diferenças entre lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares. O valor de cada local depende de níveis qualitativos e quantitativos dos modos de produção e da maneira como eles se combinam. Assim, a organização local da sociedade e do espaço reproduz a ordem internacional. A localização dos homens, das atividades e das coisas no espaço explica-se tanto pelas necessidades externas, aquelas do modo de produção 'puro', quando pelas necessidades internas, representadas essencialmente pela estrutura de todas as procuras e a estrutura das classes, isto é, a formação social propriamente dita (SANTOS, 1982:14).

Ainda na década de 1990, o desenvolvimento das relações socioeconômicas de Fortaleza, dentro da dinâmica dialética espaço-tempo, ocorreu concomitantemente com o avanço inovador e recriador das estruturas da totalidade social. Contudo, isso não significou somente a reprodução ampliada das relações de poder econômico, mas também da ideologia ou visões-de-mundo da totalidade. A totalidade social globalizante foi compreendida como um referencial socioeconômico, político e cultural adequado às circunstâncias nacionais e locais. Por

efeito, foram criadas as necessidades de “modernização”, de “mudança” e de “transformação” particularizadas pelo espaço, a fim de *determinar a ação social dos indivíduos com relação a valores de mercado*, favorecendo à redefinição das estruturas sociais conforme os ditames da esfera econômica. Na perspectiva de Milton Santos (1982), os efeitos dessa realidade globalizante do espaço como agente condicionador acontecem da seguinte forma:

O espaço reproduz a totalidades social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos. O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem uma tamanha imposição sobre o homem, nenhum está tão presente no cotidiano dos indivíduos (Ibidem, 1982:18).

Sem dúvida, sobre essa matéria trabalhada, a estrutura socioeconômica de Fortaleza continua sofrendo constantes processos de transformações socioespaciais, devido às políticas públicas governamentais e à migração sertaneja que, por sua vez, é agravada pela ausência de políticas públicas eficazes de incentivo: à “reforma urbana”, “à reforma agrária” e “à ampliação de fluxo de capitais de investimento” para dinamizar a criação de novos postos de trabalho na economia local em médio prazo.

Nesse contexto, o crescimento populacional em Fortaleza cria uma necessidade de planejamento e de construção de bairros residenciais mais estruturados, para acolher a população vinda do sertão nordestino, expulsa pela seca e pela desigualdade fundiária, por efeito da inexistência da reforma agrária. A reforma urbana de Fortaleza é o primeiro passo à distribuição das funções sociais nas relações de produção e à organização planejada do desenvolvimento urbano, possibilitando a consolidação do crescimento socioeconômico local. Comungando dessa perspectiva, Milton Santos (1982) confirma essa reflexão ao defender a seguinte proposição:

De fato, a redistribuição dos papéis realizados a cada novo momento do modo de produção e da formação social depende da distribuição qualitativa e quantitativa das infra-estruturas e de outros atributos do espaço. O espaço construído e a distribuição

da população, por exemplo, não têm um papel neutro na vida e na evolução das formações econômicas e sociais (Ibidem, 1982:18).

Neste sentido, a fim de possibilitar uma melhor reorganização urbanística, administrativa e econômica da cidade, justo na gestão do prefeito PMDBista Juraci Vieira de Magalhães, a Prefeitura Municipal de Fortaleza (1997) criou seis Secretarias Executivas Regionais (SER), descentralizando a administração da modernização das infra-estruturas urbanas da cidade ao dividir as responsabilidades legais (e não políticas) de desenvolvimento local com as Regionais. Ou seja, cada uma das SER's está responsável pela melhoria infra-estrutural de seus bairros, administrando e financiando recursos à elevação do padrão de vida dos fortalezenses, ao mesmo tempo em que organiza o crescimento urbanístico da cidade.

Nesse contexto (1990), a cidade de Fortaleza aplicou políticas que possibilitavam uma melhoria na administração pública de sua região urbana. Concomitantemente ao governo do Estado do Ceará, Tasso Jereissati (1995-2002), a administração municipal de Juraci Magalhães (1997) é também descentralizada ao buscar uma maior aproximação com a realidade da população cidadina, com a criação das SER's. Sendo assim, os recursos da Prefeitura da capital cearense se converteram em obras e serviços públicos distribuídos estrategicamente dentre os bairros mais necessitados de melhorias infra-estruturais, cuja administração dos investimentos e a realização das políticas públicas setoriais eram de competência das SER's. Sem dúvida, cabia à sede da Prefeitura de Fortaleza centralizar a coordenação das políticas setoriais das SER's entorno de Juraci Magalhães, sendo o grande responsável pela viabilização da administração financeira dos recursos para investimento local. As Secretarias Regionais não possuíam autonomia política legal, pois só cabia ao prefeito tal função executiva de caráter constitucional legítimo. Nesse sentido, Nelson Saule Júnior (2002) esclarece:

A definição das políticas públicas e das prioridades de investimento, em função da realidade local e da manifestação da população, confere a legitimidade necessária para inverter a ordem da destinação, das obras e serviços públicos para atender os tais interesses da população (OSÓRIO, op. cit., 2002:88-89).

Com a criação das SER's, a cidade de Fortaleza passa à gestão participativa, com a colocação de todos os serviços básicos mais próximos da população, economizando tempo, esforços e recursos. Como

medida política, o cidadão não precisa mais se deslocar para o Centro e às outras instituições (escolas, hospitais etc.) da cidade para resolver muitos de seus problemas básicos. É uma alternativa já experimentada em outros centros urbanos da Europa, que visa o cidadão como ser integral, cuidando simultaneamente de todas as suas necessidades, identificando e prevenindo dificuldades ao antecipar soluções para os grupos populacionais. Sem dúvida, ocorre uma divisão das responsabilidades de fiscalização em relação à qualidade e eficácia dos serviços públicos. O cidadão é condicionado a participar da gestão municipal (e estadual), a fim de que contribua à regulação qualitativamente satisfatória das instituições públicas quando o solicitar. De certa forma, esta lógica da política municipal também é alienada e alienante, pois na prática parcialmente (ou não) acontece. As estruturas de comunicação com a população que viabilizam a participação do cidadão fortalezense estão instrumentalizadas ao atendimento dos interesses políticos da máquina administrativa municipal – omitindo informações e imprecisões da administração pública –, a fim de que não haja algum movimento político popular subversivo às ações político-administrativas da sede da Prefeitura de Fortaleza.

De fato, é durante a gestão do prefeito Juraci Magalhães que Fortaleza desenvolve políticas públicas adequadas à modernização de suas estruturas político-econômicas e administrativas. Assim, em três momentos, a cidade inicia o processo de sua inserção no mercado global. O primeiro deu-se quando o prefeito considerou a cidade como uma grande empresa, que pode produzir dentro da lógica do mercado global. O segundo realizou-se quando a administração da gestão municipal foi flexibilizada, fragmentada e descentralizada na forma de Secretarias Executivas Regionais. E, por fim, o terceiro diz respeito à modernização da infra-estrutura da capital cearense, com modernização dos meios de transporte de massa (metrô, sistema de terminais integrados), ampliação e modernização de obras públicas (rede de saneamento, hospitais, urbanização etc.), a fim de atender também as exigências do fluxo turístico de e para Fortaleza. Contudo, a cidade não possui na prática um Plano Diretor como instrumento básico da política urbana. Sem dúvida, ele é essencial à integração e ao planejamento urbano dos bairros do Município. Nesse contexto, Nelson Saule Júnior (2002) alerta:

O Município deve ter o seu plano diretor para atender as finalidades da política urbana preconizadas na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade e não para atender o interesse de um

específico empreendimento ou atividade que gere impacto no meio natural e construído. O Município deve condicionar a aprovação destes empreendimentos as exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor (Ibidem, 2002:99).

A gestão municipal de Fortaleza utilizou-se bastante do condicionante econômico para definir políticas públicas para o desenvolvimento local, onde o Plano Diretor da cidade não se faz presente. A cidade exprime um desenraizamento de suas formas e das pessoas. O espaço urbano político-econômico agora define a vida e as formas de relação dos indivíduos que lá vivem e transitam cotidianamente.

Isso tudo revela que a cidade de Fortaleza é também um local de grandes contrastes sociais, convivendo com modernos aparatos industriais, financeiros, turísticos e luxuosas áreas residenciais que existem paralelamente (senão literalmente) em relação à população pobre e excluída. Cabe ressaltar que muitos estudos econômicos afirmam, atualmente, que o setor de serviços (Setor Terciário) está crescendo devido ao pouco investimento ao aumento de novos postos de trabalho formal em setores produtivos, trazendo conseqüentemente a não absorção de grande parte da mão-de-obra excedente do *Primeiro* e do *Segundo* setores da economia local. Sem dúvida, a crise do emprego em Fortaleza está indireta e diretamente relacionada à flexibilização (instabilidade econômica) e à desorganização (fragilização do movimento sindical) das relações de trabalho em termos nacionais e internacionais. Tudo isso é efeito da modernização desregulamentadora das estruturas macroeconômicas e sociais brasileiras. Segundo Mattoso (1996), o problema da economia local é que ela está sujeita às transformações nas relações do mercado financeiro nacional, afetando o nível de renda da população.

É questionável, também, que o setor terciário seja capaz de absorver adequadamente a população ativa. Nos serviços, a capacidade de geração de empregos tem sido afetada por mudanças estruturais, bem-illustradas pelas transformações no setor financeiro, que tem passado por alterações técnicas, terceirização de diversas atividades e mais recentemente por mudanças patrimoniais. (...) Além disso, uma melhor performance de certas atividades do terciário, como turismo e diversões, depende diretamente de um aumento generalizado do nível de renda da população (MATTOSO, 1996:102).

Com essas informações, é preocupante que os governos municipal e estadual tenham apenas essa diretriz de crescimento e desenvolvimento socioeconômico, através da terceirização e de incentivos fiscais para empresas e indústrias filiadas (e/ou associadas) ao capital estrangeiro, pois é notório que a aplicação de recursos em larga medida no setor de serviços não dá sustentação econômica estável para a capital cearense. Considerando, também, que a renda dos fortalezenses não consegue viabilizar o usufruto dos serviços dispendiosos privados, pois são muito caros. Além do mais, a política de incentivos fiscais acirra a concorrência entre os Estados do Nordeste, dificultando também o amadurecimento das estruturas político-econômicas regionais. Com relação aos problemas de desemprego estrutural na esfera municipal de Fortaleza, tomemos a afirmativa de Mattoso (1996) para evidenciar o grau de carência de investimentos em políticas públicas sociais, que reduz a presença de financiamento para o desenvolvimento sustentável do trabalho local:

Com a continuada carência de investimentos públicos em infraestrutura econômica e social, a ausência de financiamento para a construção civil e com ainda poucos investimentos privados produtivos, esta redução de postos de trabalho não poderia ser compensada, mesmo que parcialmente, por uma ampliada geração de novos empregos em outros setores (no caso setor de serviços). Para o futuro imediato tampouco se podem vislumbrar cenários mais promissores para o crescimento econômico. Mesmo o otimista (...) de investimentos proposto pelo governo FHC prevê um crescimento de apenas 4% a 5% até 1999, insuficiente para superar a elevação da produtividade, favorecer a inclusão dos novos ingressantes no mercado de trabalho e reduzir o estoque de desempregados e de trabalho precário (Ibidem, 1996:45-46).

Nesse sentido, verificamos que a demanda de integrar os usuários da assistência social para o mercado de trabalho vem sendo a tônica de governos neoconservadores e progressistas. Não obstante, faz-se necessário retirar os véus que encobrem a grande questão social que não só se referem aos ditos “antigos miseráveis” alvos das políticas assistenciais, mas também ao grande contingente de trabalhadores ativos que são expulsos do mercado de trabalho fortalezense e não retornam mais ao trabalho formal.

O atual cenário, com o qual o assistencialismo social de Fortaleza se defronta, inclui pensar em alternativas de geração de trabalho

e renda, não só porque as políticas de corte assistenciais com as ofensivas neoliberais sofreram drásticas reduções, mas por ser um instrumento que aglutina as pessoas para pensar formas de combater a pobreza e encontrar, também, uma saída coletivamente para as mazelas que o capitalismo no atual estágio impõe. Nesse contexto (1998-2002), as políticas públicas de combate ao desemprego têm jogado peso na qualificação e requalificação de pessoas que se encontram desempregadas, ou que estão em vias de perder o emprego. Estas políticas vêm sendo o carro-chefe da gestão municipal de Juraci Magalhães (2002), sendo os resultados pouco significativos quando centrados em amenizar a situação de vulnerabilidade do trabalho. Além disso, deve-se também investir em projetos que busquem a solução da crise do trabalho formal.

Ora, desde a década de 1970, o desemprego estrutural em Fortaleza provocou o surgimento de políticas públicas municipais voltadas à redução dos efeitos do antagonismo da relação capital/trabalho. A política municipal atual (1998-2002) não poderia destruir os ditames da exploração do trabalho capitalista. Além do mais, a economia fortalezense está estruturada historicamente sobre as determinações político-econômicas do capital — por desenvolver relações de produção capitalista —, pois modificá-las seria sua própria ruína. Então, a humanização da relação trabalho/capital não poderia partir do Município ou do Estado, mas da sociedade civil organizada e comprometida com o desenvolvimento humano sustentável.

Portanto, o surgimento da crise urbana e da desigualdade social em Fortaleza relacionam-se: 1) à inexistência histórica de um *Plano Diretor* para a cidade, que organizasse democraticamente as infra-estruturas do meio urbano ao atendimento de sua população excluída; 2) à modernização das estruturas macroeconômicas da cidade com pouca função social, que contribuiu para a *reprodução das desigualdades no meio urbano* e à *concentração de renda*, onde a especulação imobiliária, o aumento do custo de vida, a maximização do desemprego e a precarização das relações de trabalho deslocaram comunidades inteiras às periferias de Fortaleza; e, por fim, 3) à *falta de focalização de políticas públicas* comprometidas com a realização de *atividades com função social* nos empreendimentos financeiros e construções urbanas que, sem dúvida, incentivam à *precarização político-administrativa municipal e estadual*, bem como possibilitam o surgimento de *mecanismos corruptos na gestão dos recursos públicos*.

ABSTRACT

The sprouting of the urban crisis and the social inequality in Fortaleza becomes related: 1) to the historical inexistence of a Managing Plan for the city, that democratic form organized infrastructures of the urban way to the attendance of its excluded population; 2) to the modernization of the macroeconomic structures of the city with little social function, that contributed for the reproduction of the inequalities in the urban way and to the concentration of income, where the real estate speculation, the cost-of-living increase, the enlargement it unemployment and the degradation them work relations had dislocated entire communities to the peripheries of Fortaleza; and, finally, 3) to the lack of objective of public politics compromised with the accomplishment of activities with social function in the financial enterprises and urban constructions that, without a doubt, stimulate the municipal and state politician-administrative degradation, as well as makes possible the sprouting of corrupt mechanisms in the management of the public resources.

KEY WORDS

urban crisis; urbanization; social and economical inequality; unemployment and public politics

REFERÊNCIAS

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960)**. São Paulo: Annablume, 2003.

MATTOSO, Jorge. **Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado**. São Paulo: Scritta, 1996.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. Petrópolis: Vozes, 1981.

OSÓRIO, Leticia Marques (Org.). **Estatuto da cidade e reforma urbana. Novas perspectivas para as cidades brasileiras**. Porto Alegre (RS): Sérgio Antônio Fabris, 2002.

PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas. O detetive e o urbanista**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2000.

PLANO DIRETOR DA REFORMA DO APARELHO DO ESTADO (FHC). Brasília: 1995.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1982.